

# Governo não mudará rumos da economia

14 NOV 1996

Brazil

**Rio** — O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Pedro Parente, disse ontem que o governo não tomará nenhuma medida adicional para ajustar a economia. "Os dados que temos não nos autorizam, nem sugerem, qualquer mudança na política", afirmou Parente.

Mesmo questionado sobre as possíveis pressões decorrentes dos déficits na balança comercial, ele respondeu que o governo "não pode mudar a política por causa de problemas de curto prazo." Quanto às taxas de juros, ele disse que a redução decorrerá dos resultados da política macroeconômica e da redução física do tamanho do governo.

"Não cabe ao governo criar medidas artificiais para reduzi-lo", disse. O secretário participou ontem de um almoço promovido pelo Instituto Brasileiro de Executivos Financeiros (Ibef).

Segundo Parente, o governo federal já tomou providências para reduzir o déficit público federal e as medidas que precisam ser tomadas daqui por diante cabem aos estados e municípios. Ele citou como exemplo a redução da folha de pagamentos do governo federal, que foi reduzida de R\$ 3,1 bilhões ao mês para R\$ 2,9 bilhões.

"A terapia não inclui nenhuma medida no lado da receita, só do lado da despesa, que é basicamente via privatização e ajuste dos estados", disse. E deu um recado aos empresários presentes: "Não vamos abrir mão do ajuste."

## DESPESAS

Segundo ele, a meta do governo

para 1997 é limitar as despesas de forma que elas atinjam 20% do Produto Interno Bruto (PIB). Desse percentual, a expectativa é de que 25% sejam gastos com pessoal, 25% com benefícios pagos pela Previdência e 25% em transferências constitucionais para estados e municípios.

Outros 10% a 12% serão destinados ao pagamento de juros e o restante deverá ser gasto com despesas de custeio e investimentos. Entre as metas macroeconômicas do governo para o próximo ano ele enumerou o crescimento "mínimo" de 4% da economia; a manutenção da inflação entre 9% e 10% no ano; o superávit primário de 1,5% do PIB. Parente não quis estimar o percentual do déficit operacional (que inclui o pagamento dos juros da dívida) alegando que "com relação a juros, o governo não tem como ter metas."

O secretário explicou ainda que resta pouco a ser feito para reduzir as despesas no âmbito do governo federal, ao contrário dos estados, que aumentaram em 0,6% o déficit primário entre 1995 e 1996, quando houve também um descontrole dos gastos.

A receita para o problema, de acordo com Parente, está sendo negociada levando em conta três objetivos: a reestruturação financeira da dívida mobiliária estadual; a cobrança do ajuste fiscal; e a indução para o início dos programas de privatização das empresas estaduais. "Com relação aos estados, posso resumir a questão em três palavras: privatização, privatização, privatização", frisou.